



A Produção do Espaço Urbano da Cidade Baixa em Maputo/MZ

Maíra de Pinho Ludwig ¹

RESUMO

O atual processo de urbanização dos países periféricos, onde Maputo se encaixa, está associado a inserção das cidades na globalização como consequência da reestruturação da lógica capitalista e da competição entre os territórios. Nesse sentido, Maputo participa desta dinâmica caracterizada por uma produção do espaço urbano fortemente marcada pela especulação da terra, pela centralidade da ação do setor privado e, principalmente, pela financeirização da urbanização. Assim, o objetivo geral dessa pesquisa consiste em responder ao seguinte questionamento: como a reestruturação da Cidade Baixa em Maputo participa de um processo de financeirização do espaço urbano? O trabalho buscará desenvolver uma análise dos empreendimentos imobiliários, da construção de infraestruturas e equipamentos urbanos na Cidade Baixa em Maputo. Desse modo, com o intuito de auxiliar a principal questão da pesquisa, nossos objetivos específicos consistem em compreender como a atuação dos agentes sociais conduz a produção do espaço urbano por meio da análise das formas e processos presentes na Cidade Baixa; Analisar a (re)estruturação urbana e a centralidade da Cidade Baixa a partir dos fixos e fluxos; Definir e caracterizar o processo de financeirização da Cidade Baixa.

Palavras-chave: Maputo, espaço urbano, financeirização, Cidade Baixa.

RESUMEN

El actual proceso de urbanización de los países periféricos, donde encaja Maputo, está asociado a la inserción de las ciudades en la globalización como consecuencia de la reestructuración de la lógica capitalista y la competencia entre territorios. En este sentido, Maputo participa en esta dinámica caracterizada por una producción de espacio urbano fuertemente marcada por la especulación del suelo, la centralidad de la acción del sector privado y, principalmente, la financiarización de la urbanización. Por lo tanto, el objetivo general de esta investigación es

¹ Maíra Ludwig, bacharel e licenciada em geografia pela UFRJ, membro do Grupo de Estudos e Pesquisa Espaços e Sociedades na África Subsaariana, atualmente mestranda do PPGG/UFRJ, mairalud@yahoo.com.br.



responder a la siguiente pregunta: ¿cómo participa la reestructuración de la Ciudad Baja en Maputo en un proceso de financiarización del espacio urbano? El trabajo buscará desarrollar un análisis de los desarrollos inmobiliarios, la construcción de infraestructura y equipamiento urbano en la Ciudad Baja de Maputo. Así, con el fin de ayudar al tema principal de la investigación, nuestros objetivos específicos son comprender cómo el desempeño de los agentes sociales lidera la producción de espacio urbano a través del análisis de las formas y procesos presentes en la Ciudad Baja; Analizar la estructuración (re)urbana y la centralidad de la Ciudad Baja desde lo fijo y los flujos; Definir y caracterizar el proceso de financiarización de la Ciudad Baja.

Palabras clave: Maputo, espacio urbano, financiarización, Ciudad Baja.

INTRODUÇÃO

A urbanização africana não é um processo recente e Moçambique não foge à regra, contrário do que paira no imaginário social comum. Inicialmente, a produção do espaço urbano foi baseada em entrepostos comerciais e passou a se intensificar no período colonial com a transposição do padrão urbano português para os trópicos. Este processo promoveu uma nítida segregação entre os colonos e os moçambicanos. A “cidade de cimento”, dotada de mais infraestruturas e equipamentos, “*herdada do poder, uma cidade para aqueles que dominavam e onde assentava a estrutura administrativa do território*” (FERNANDES; MENDES, 2012, p. 1), enquanto a “cidade de caniço”, um espaço considerado de resistência e de autoconstrução, concentrava os moçambicanos e correspondeu a uma dualidade espacial durante a colonização.

Com o fim do período colonial em Moçambique, o novo governo procurou orientar a produção do espaço de modo que buscasse solucionar as desigualdades urbanas que excluía o próprio africano da cidade, por meio de uma política habitacional visando, assim, abrir os espaços centrais (“cidade de cimento”) à população nativa (CUSTÓDIO; MALOA, 2018). Contudo, é sabido que esta problemática não foi superada, devido ao afluxo de deslocados internos provocado pela guerra civil (1977 - 1992), que desencadeou um inchaço urbano e a manutenção de um elevado nível de segregação residencial.

A partir da década de 1990, assim como em outros países africanos, a cartilha do neoliberalismo e dos Planos de Ajuste Estrutural foram adotados como forma de organização social, econômica, política e cultural. Sendo assim, nesta década foi observado um processo de



“acumulação da dualidade urbana” (FERNANDES; MENDES, 2012), pois a diferenciação espacial foi perpetuada, acentuada e tornou-se ainda mais complexa. A desigualdade é reforçada, por exemplo, pela multiplicação de empreendimentos de imóveis de alto padrão que mobilizam vultuosos capitais e a expansão concomitante de bairros extremamente precários (CUSTÓDIO; MALOA, 2018). Lourenço Marques, como era chamada durante o período colonial, hoje, Maputo possui uma posição privilegiada na África Austral, situada ao sul de Moçambique. A província se divide em sete distritos. Na pesquisa em questão, nosso recorte se encontra no distrito de KaMpfumo.

O atual processo de urbanização dos países periféricos, onde Maputo se encaixa, está associado a inserção das cidades na globalização como consequência da reestruturação da lógica capitalista e da competição entre os territórios. A acelerada urbanização se traduz por uma intensificação das desigualdades socioeconômicas (RIBEIRO, 2019; HARVEY, 2016). Nesse sentido, Maputo participa desta dinâmica caracterizada por uma produção do espaço urbano fortemente marcada pela especulação da terra, pela centralidade da ação do setor privado e, principalmente, pela financeirização da urbanização.

Após décadas de conflitos, Moçambique participa atualmente do movimento de inserção competitiva na globalização promovido pelos governos africanos e as Agências Internacionais. A capital do país, em via de metropolização, é um espaço estratégico desta política. Dessa forma, seu espaço geográfico passa por uma transformação radical afetando as formas, funções, estruturas e processos (SANTOS, 2014). Assim, o objetivo geral dessa pesquisa consiste em responder ao seguinte questionamento: como a reestruturação da Cidade Baixa em Maputo participa de um processo de financeirização do espaço urbano?

O trabalho buscará desenvolver uma análise dos empreendimentos imobiliários, da construção de infraestruturas e equipamentos urbanos na Cidade Baixa em Maputo. Desse modo, com o intuito de auxiliar a principal questão da pesquisa, nossos objetivos específicos consistem em: Compreender como a atuação dos agentes sociais conduz a produção do espaço urbano por meio da análise das formas e processos presentes na Cidade Baixa; Analisar a (re)estruturação urbana e a centralidade da Cidade Baixa a partir dos fixos e fluxos; Definir e caracterizar o processo de financeirização da Cidade Baixa

A lógica de produção do espaço urbano vem sendo alterada sob o efeito de vários fenômenos, entre os quais a reestruturação do capitalismo e seus impactos sobre o espaço econômico mundial. Assim, a produção do espaço urbano tem sido inserida em estratégias mais sofisticadas e mais sistemáticas de acumulação e reprodução do capital (SILVA, 2013; HARVEY, 2016). David Harvey (1982) destaca que o espaço urbano vem estreitando suas



relações com o empresariamento, grandes projetos e a tendência de transformação da terra em ativo financeiro. Nesse sentido, Maputo participa desta tendência como metrópole periférica passando pelo processo de mercantilização e financeirização de suas terras, enquanto se projeta no cenário continental e internacional.

De acordo com Custódio e Maloa (2018), a urbanização de Maputo está associada a um contexto histórico, ou seja, inserida em um tempo histórico. A contextualização histórica ajuda a compreender quais agentes atuaram na formação de determinado espaço e como ocorre este processo. Santos (2014) também destaca que apenas conseguimos apreender o espaço a partir de uma análise espaciotemporal, pois este é fruto do acúmulo de tempos. Assim, *“a compreensão da organização espacial, bem como de sua evolução, só se torna possível mediante a acurada interpretação do processo dialético entre formas, estrutura e funções através do tempo”* (SANTOS, 2014, p. 89).

A partir das décadas de 1990 e, sobretudo 2000, a adoção do receituário neoliberal e os Planos de Ajuste Estrutural se concretizaram por novas orientações macroeconômicas que, como nos demais países periféricos, priorizam a inserção competitiva nos circuitos da globalização. As metrópoles constituem espaços privilegiados na competição para captar investimentos internacionais. Esse processo gera um “empresariamento urbano” (HARVEY, 2016) que altera significativamente a forma urbana: novos tipos de empreendimentos, como condomínios fechados e imóveis de alto padrão, modernização dos portos e aeroportos, reestruturação das frentes d’água etc. participam desta dinâmica (HARVEY, 2016). Essa tendência pode ser observada atualmente na produção do espaço urbano de Maputo. Os objetivos do planejamento seguem as normas sugeridas pelas Agências Internacionais: competitividade da base produtiva e infraestrutural; atração de capital externo, turistas e eventos; boa governança; sustentabilidade ambiental etc. A institucionalidade da política urbana muda, pois, para se ter acesso à terra em Moçambique ainda é necessário garantir o Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT) concedido pelo Estado, logo, este último participa na orientação e direcionamento da produção espacial, sendo, portanto, um agente difusor do capitalismo, entretanto ele não é mais o ator exclusivo do planejamento urbano. Nesse sentido, as consultorias internacionais participam de maneira decisiva na elaboração dos projetos urbanos, as firmas privadas se envolvem na execução e no financiamento deles no âmbito de Parcerias Público-Privado.

O caso de Maputo é também relevante pelo ritmo das transformações urbanas alimentado pelo super ciclo das commodities da década de 2000 e pela magnitude dos investimentos na mineração e na indústria do gás natural mais recentemente que estimulam a



especulação imobiliária. Nota-se, também, a forte presença do capital chinês na produção do espaço urbano. A produção do espaço urbano de uma metrópole da África Subsaariana em tempos de financeirização e transformação das formas e das funções das cidades nos parece, neste contexto, relevante para a Geografia. Além disso, a pesquisa representa um esforço para contribuir com a construção de uma geografia da África Subsaariana, que no Brasil é ainda incipiente.

AGENTES SOCIAIS E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO EM MAPUTO

Maputo se encontra em via de metropolização por consistir em um espaço privilegiado com posição estratégica na África Austral, por consequência, a capital de Moçambique vem passando por um processo de reestruturação da lógica de produção de seu espaço. Assim, observa-se que há um aumento de influências externas na produção do espaço urbano que vêm alterando as formas, funções e, por conseguinte, as estruturas da cidade. Nesse sentido, os conceitos de forma, função, estrutura e processo trabalhados por Santos (2014) são importantes para compreensão desta nova lógica. Desse modo, as formas, isto é, os objetos, ganham funções a partir de um conjunto de formas que se inserem em processos tanto de ordem econômica, institucional e cultural, quanto de diversas escalas, como local, nacional e/ou global. Logo, o espaço se (re)configura a partir de demandas não só endógenas, como também exógenas. Por isso, se faz necessário na operacionalização da pesquisa uma análise multiescalar, de modo que nos auxilie a investigar e interpretar as demandas nestas diversas escalas possibilitando, portanto, analisar a complexidade do fenômeno (CASTRO, 2014).

O espaço urbano pode ser analisado a partir de duas escalas conceituais: a rede urbana e o espaço intraurbano. Tais escalas nos possibilitam compreender as diferenciações sócio-espaciais que se complementam (CORRÊA, 2011). É possível notar que a atuação da sede de alguns bancos presentes em nosso recorte possui poder de alcance de influência em outros municípios e países, a exemplo do BCI (Banco de Comércio e Indústria). O BCI é de origem angolano e a sede moçambicana se encontra no distrito de KaMpfumo, no central C. As decisões, isto é, a gestão do BCI possui uma centralização, mas sua atuação é desconcentrada, visto que se encontra distribuído por Moçambique. Dessa forma, compreende-se como a rede urbana influencia no espaço intraurbano. O contrário também acontece, o boom das commodities favoreceu uma maior presença e atuação dos agentes financeiros no território moçambicano em função da atividade mineradora e da extração do gás, mais recentemente.



Corrêa (2007) destaca que na escala intraurbana a diferenciação sócio-espacial pode ser compreendida a partir da divisão econômica do espaço e da divisão social do espaço. Desse modo, processos, funções e formas-conteúdos diferentes geram a diferenciação do espaço, ainda que as duas tenham fortes relações entre si. Conforme a circulação aumenta, as cidades e as redes urbanas se complexificam. Hoje, todos os espaços são inseridos na divisão internacional do trabalho, seja pela produção, seja pelo consumo. As formas, ou seja, os objetos ganham funções a partir de um conjunto de formas que se inserem em processos tanto de ordem econômica, institucional e cultural como de diversas escalas, local, nacional, global (SANTOS, 2014). Em Maputo, observa-se na área anteriormente citada um aumento na construção de prédios, caracterizando uma verticalização e refuncionalização de velhas formas. Desta maneira, a forma é entendida por Santos (2014) como o aspecto visível de uma coisa, um objeto. Analisada isoladamente temos apenas uma descrição, mas ao enxergar o conjunto nota-se um arranjo ordenado, um padrão. Assim, a partir de um conjunto conseguimos perceber a função, isto é, a finalidade das formas. Nesse sentido, entende-se que a forma só obtém valor a partir de uma função. O arranjo ordenado é, portanto, a organização que caracteriza a estrutura observada. Compreendemos, em vista disso, a estrutura do espaço com base nas funções estabelecidas pela sociedade, isto é, aos valores que agregamos às formas espaciais. Junto a estes elementos é incluído o processo, pois estes se transformam ao longo do tempo. Desse modo, não é possível estudar estes termos de modo dissociado, pois ambos estão imbricados e só analisando-os de maneira holística é possível compreender o processo em sua totalidade.

Com o entendimento de que a função confere valor à forma, chegamos ao ponto em que é necessário saber o que ou quem dá qualidade à função. Daí a necessidade de analisar todo o processo a partir da dialética espaço-tempo, pois o valor social da função é conferido pela sociedade e este varia no espaço-tempo. Santos (2014) resume que, “*em suma, a sociedade estabelece os valores de diferentes objetos geográficos, e os valores variam segundo a estrutura socioeconômica específica dessa sociedade*” (SANTOS, 2014, p. 73). Assumindo que a sociedade muda ao longo do tempo, a função também muda. Assim, nem sempre é possível construir novos objetos, portanto, são atribuídos novos valores às velhas formas. Desse modo, ao olharmos a paisagem de nosso recorte no Central C nota-se a acumulação dos tempos representada pelos novos objetos e pelas permanências, caracterizando, dessa maneira, as rugosidades – formas remanescentes de períodos anteriores. A partir desta compreensão, o entendimento das formas, funções, estruturas e processos nos permite compreender o atual processo de produção do espaço urbano de Maputo (SANTOS, 2014).



A complexidade do espaço urbano capitalista tem relação com o fato de ser uma produção social com diversos agentes que atuam e ao mesmo tempo consomem o espaço. A dinamização desse espaço ocorre devido diversas práticas, no entanto, permanece a fragmentação e articulação dele, pois ao mesmo tempo que a lógica capitalista segrega, também integra a partir das relações desiguais de uma sociedade de classes.

A saber, podemos destacar quatro agentes sociais produtores do espaço, segundo Castells: os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e Corrêa (1989) acrescenta os grupos sociais excluídos. Ainda que a produção tenha participação ampla de ambos os atores, ela se dá de forma diferenciada entre os agentes, pois é pensada a partir de um marco jurídico que é elaborado por parte desses atores, representando, portanto, um interesse hegemônico. Nesse sentido, a prática da seletividade espacial é marcada pela seleção, ou seja, escolha, das áreas de investimento, que variam no tempo e no espaço, de acordo com os agentes sociais. Tal seleção, que induz a maior valorização de determinados terrenos promove ao mesmo tempo a marginalização, que são áreas a margem das selecionadas.

Dentre as diversas funções dos empreendedores imobiliários a principal é de garantir a reprodução do capital. Assim, a materialização das atuações dos empreendedores é na produção física do espaço por meio de um planejamento com a finalidade de garantir ganhos, dissociando da ideia de promoção de um bem comum. Vânia Silva (2013) destaca que,

A produção do espaço urbano via “imobiliário” necessita do capital financeiro, seja para romper com os limites impostos pela propriedade privada da terra, seja pelas imposições do processo de produção, como: compra de materiais, pagamento da força de trabalho, etc., o que faz com que esse setor seja cada vez mais dependente de fontes de financiamento, que também são utilizadas no processo de comercialização. O imobiliário depende do sistema de crédito, ou seja, do capital fictício e da desregulamentação do mercado. Comprometida e imbricada com o processo de produção e reprodução das relações capitalistas, a produção do espaço urbano se centra cada vez mais no capital financeiro. O urbano toma parte no processo de financeirização (SILVA, 2013, p. 6-7).

Logo, a lógica especulativa se sobrepõe a lógica produtiva. E, é através do Estado que os empreendedores imobiliários garantem condições para sua atuação na produção do espaço urbano. Atualmente, os promotores imobiliários passaram a ser mais dependentes do crédito financeiro,

seja para arcar com os custos de produção, seja para a comercialização dos seus ‘produtos’ passaram a assegurar a circulação do capital, o que acelerou o ritmo e aumentou a escala do processo de urbanização, ao mesmo tempo em que cria mecanismos que excluem boa parte da população do espaço produzido (SILVA, 2013, p. 8-9).

O Estado pode vir a ser representado ao mesmo tempo por outros agentes como sinalizado anteriormente. Dentre as diversas práticas do Estado na produção do espaço urbano,



podemos destacar a criação de leis e normas relacionadas ao uso do solo, direito de desapropriação, controle do preço de terras, impostos fundiários e imobiliários, orientando a ocupação, investimento de infraestruturas, organização de mecanismos de crédito (CORRÊA, 1989). Em se tratando de Moçambique, a atuação do Estado se faz de modo ainda mais ampla, pois também é o proprietário de terras, pois o acesso à terra em Moçambique se dá por meio do DUAT (Direito de Uso e Aproveitamento da Terra) concedido pelo próprio Estado.

(RE)ESTRUTURAÇÃO ESPACIAL E CENTRALIDADE

A concentração de equipamentos, atividades e serviços promove uma centralização urbana, que se materializa no formato de áreas centrais. As áreas centrais, portanto, compostas por objetos fixos são dotadas de atração, que podem ser percebidas por meio dos fluxos de pessoas, transportes, capitais e decisões, por exemplo (SILVA, 2001). Lefebvre (SILVA, 2001 apud 1999, p. 111) disserta que,

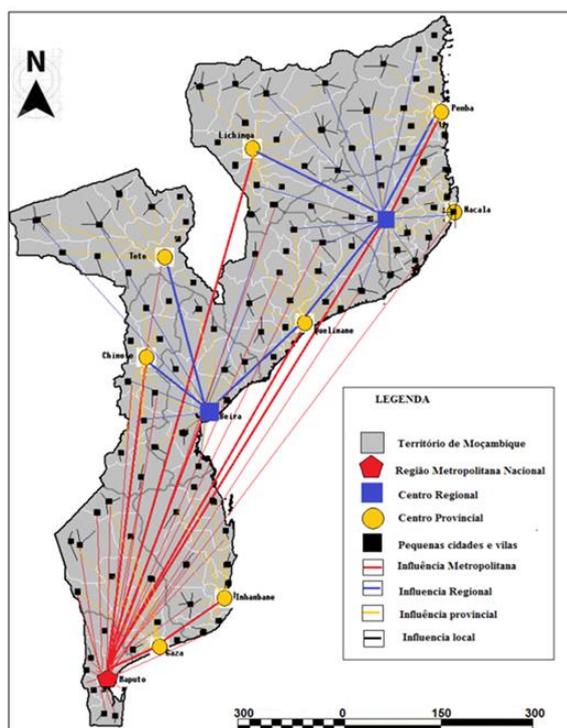
“A cidade atrai para si tudo o que nasce, da natureza e do trabalho, noutros lugares: frutos e objetos, produtos e produtores, obras e criações, atividades e situações. O que ela cria? Nada. Ela centraliza as criações. E, no entanto, ela cria tudo. Nada existe sem troca, sem aproximação, sem proximidade, isto é, sem relações.” (SILVA, 2001 apud LEFEBVRE, 1999, p. 111).

A partir da discussão acerca da reestruturação de Maputo buscaremos analisar as tendências de centralidades. Nessa perspectiva, Ribeiro (2017) argumenta que no estudo da produção do espaço urbano é importante discutir a questão da centralidade. Corrêa (1989) defende que o processo de formação espacial da centralização é caracterizado pela constituição de uma hinterlândia, em outras palavras, pelo estabelecimento de um alcance de influência, ademais, é, também, este processo uma característica da metrópole moderna. Roberto Lobato Corrêa ainda destaca que “*a cidade mantém uma série de ligações com o mundo exterior a ela, ligações que envolvem fluxos de capitais, mercadorias, pessoas e ideias*” (CORRÊA, 1989, p. 38). Tal fato já ocorria antes da formação das cidades capitalistas, contudo, com o advento do capitalismo esta ligação foi intensificada e difundida através dos meios de transporte e comunicação. Spósito (2001) acrescenta ainda nesse sentido que, o que se movimenta a partir e para a área central é o que constitui a centralidade. Isto ocorre pois há uma gama de oferta de bens e serviços (SPÓSITO, 2001; RIBEIRO, 2010).

Assim, o espaço se organiza a partir de um polo central de comando e espaços periféricos reprodutores desse comando. Além disso, buscando otimizar a produção aumentam-se as especificidades dos espaços. Desse modo, conforme o capitalismo se expande e a produção se torna difusa e fragmentada é incrementado os fixos e os fluxos. Ao passo que a circulação

umenta, as cidades e as redes urbanas se complexificam. Hoje, todos os espaços são inseridos na divisão internacional do trabalho, seja pela produção, seja pelo consumo. Maputo, nesse sentido, é a principal cidade na hierarquia urbana moçambicana, possuindo uma hinterlândia em todo o território nacional (ver mapa 1).

Mapa 1: Classificação da rede urbana em Moçambique



Fonte: MUACUVEIA, 2018

As formas, isto é, os objetos ganham funções a partir de um conjunto de formas que se inserem em processos tanto de ordem econômica, institucional e cultural como de diversas escalas, local, nacional, global. Desse modo, o espaço de (re)configura a partir de demandas não só endógenas como exógenas. O conjunto de formas representa, portanto, a estrutura, isto é, o modo como está organizado os objetos em questão.

O espaço geográfico, de acordo com a visão de Milton Santos (2006), é composto por fixos e fluxos e hoje os fixos são mais artificiais e os fluxos mais diversos. Pode-se observar que o recorte em questão retrata exatamente a reflexão do autor, onde há objetos fixos como prédios, caixas eletrônicas, pontos de ônibus e lojas. A partir destes fixos, os fluxos se intensificam, por exemplo, por meio de transações financeiras, deslocamento de pessoas. Assim, a natureza do espaço (SANTOS, 2006) em questão torna-se mais desnaturalizada quando passa a se retratar um verdadeiro sistema de objetos que, por meio de uma determinada



técnica, é dotado de uma finalidade projetiva. Pode-se entender o sistema de objetos com base na afirmativa a seguir de Milton Santos (2006):

A partir do reconhecimento dos objetos na paisagem, e no espaço, somos alertados para as relações que existem entre os lugares. Essas relações são respostas ao processo produtivo no sentido largo, incluindo desde a produção de mercadorias à produção simbólica (SANTOS, 2006, p.45).

Nesse sentido, os elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar. Fluxos, novos ou renovados, recriam, então, condições ambientais e sociais, e redefinem cada lugar. Os fluxos são um resultado, direto ou indireto, das ações e atravessam ou instalam-se nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor, simultaneamente, também se modificam (SANTOS, 2006). A interação dos fixos e dos fluxos expressam a geografia. Entretanto, hoje em dia os fixos são cada vez mais artificiais e mais fixados ao solo, já os fluxos, são mais diversos, amplos, numerosos e dinâmicos. É pensando na maior interação entre os fixos e os fluxos que a Cidade Baixa vem representando uma maior inserção de Moçambique na globalização. Dessa forma, o meio corresponde a uma lógica global que acaba por se impor a todos os territórios e a cada território como um todo. Pelo fato de ser técnico-científico-informacional, tal meio geográfico tende a ser universal. Mesmo onde se manifesta pontualmente, ele assegura o funcionamento dos processos encadeados a que se está chamando de globalização (SANTOS, 2006). Embora a tecnologia e a ciência estejam numa situação globalizada, elas chegam de diferentes formas e intensidades ao redor do planeta. Isso porque, de acordo com Milton Santos, não existe uma globalização absoluta, mas sim espaços da globalização (SANTOS, 2006).

A partir de um levantamento dos empreendimentos existentes no Central C é possível observar a natureza predominantemente comercial, voltada para atividades financeiras, com origens diversas (analisar tabela a seguir). Dessa forma, o conjunto de atividades presentes corrobora para a centralidade de Maputo e estimulando um alcance espacial de influência maior.

Empreendimentos		
Prédio	Natureza	Origem
BCI Sede	Banco	Angola
Televisão de Moçambique - TVM	Entretenimento	Moçambique
Embaixada Argentina	Diplomacia	Argentina
AP Capital Partners	Grupo de investimentos (?)	Hong Kong
Ethiopian Airlines Maputo Office	Companhia aérea	Etiópia
Muzza pizzeria	Restaurante	-
Access Bank Mozambique	Banco	Nigéria
Prédio Jat 5	Edifício Comercial	Moçambique



Millennium BIM - Sede	Banco	Moçambique
ENH Logistics	Companhia de Gás	Moçambique
CWC Corredor Warehousing Company	Logística	Índia
Debonairs Pizza	Restaurante	África do Sul
Turkish Airlines Sales Office	Companhia Aérea	Turquia
Luxcorpus	Academia	-
Adega de Monges	Restaurante	-
JAT Center	Shopping/Edifício Comercial	-
Moza Banco	Banco	Moçambique
Hotel Melia Maputo	Hotel	Espanha Capital Aberto
Instituto Superior de Ciências e Tecnologia de Moçambique	Educação	Moçambique
Barclays Bank	Banco	Reino Unido
First Capital Bank, SA	Banco	Moçambique
VIP Grand Maputo Hotel	Hotel	Portugal
Instituto Nacional de Petróleo	Petróleo	Moçambique
Vodacom Mozambique	Comunicação	África do Sul
Carteira Móvel	Associação de Comércio	Moçambique
Samsung	Eletrônicos	Coreia do Sul
INNATER	Transportes	Moçambique
United Bank for Africa (UBA)	Banco	Pan-africano (Nigéria)
Bolsa de Valores de Moçambique	Mercado Financeiro	Moçambique

MERCANTILIZAÇÃO E FINANCEIRIZAÇÃO DE MAPUTO

No atual período, Milton Santos (2006) defende que os objetos técnicos tendem a ser simultaneamente técnicos e informacionais, visto que a intencionalidade de sua produção e localização os faz surgir já como informação. Assim, Santos define o meio técnico-científico-informacional. Nesse sentido, a paisagem percebida do espaço geográfico atualmente possui um caráter de ser científicizada e tecnicizada. Desse modo, a informação não só está presente nos objetos técnicos, como também é necessária na realização da ação sobre tais objetos. A informação, portanto, é o elo imprescindível entre processos sociais e territórios, que são equipados para promover sua circulação. Logo, os espaços requalificados são incorporados as redes mundiais, sendo o meio técnico-científico-informacional a materialização da globalização (SANTOS, 2006).



Em um contexto de globalização, o avanço do neoliberalismo é marcado pela expansão do setor financeiro no bojo de políticas em relação a outros setores e grupos de interesse. Tanto em relação à política, quanto a economia, as finanças tornam-se a principal atividade que compõem a economia imaterial urbana contemporânea. Assim, são criadas possibilidades de o mercado de capital adentrar de diferentes maneiras em diversos setores, ampliando sua atuação e vinculação. A financeirização, logo, é entendida como a confecção em larga escala e variada de conexões de fluxos de mais-valor, lucros e renda originados de diversas fontes e geograficamente difusas (TONUCCI FILHO; MAGALHÃES, 2017).

O debate sobre financeirização do espaço urbano ocorre muito mais a partir de uma perspectiva dos países centrais, sobretudo, anglo-saxões, sendo uma bibliografia carente quando se trata dos países periféricos. Contudo, buscaremos analisar o processo de financeirização a partir de comparações e similaridades, mas sem deixar de lado as especificidades geográficas do nosso recorte espacial. Moçambique adentrou no neoliberalismo durante a década de 1990 e embora o neoliberalismo defenda um Estado minimamente interventor na economia, nota-se que há ainda um gerenciamento econômico, sem ter o Estado esvaziado totalmente. Rolnik (2015) destaca que a neoliberalização e a financeirização foram articulados por um projeto de “inclusão predatória”, que democratizou o acesso a uma gama de fontes de créditos imobiliários e de financiamento habitacional. Todavia, é salientada a dificuldade de relacionar financeirização com as operações de financiamento e as despesas públicas, que mudam os mecanismos de diversos agentes, junto de uma abordagem que abarque as dimensões espaciais (ROLNIK; SOUZA, 2017).

Ribeiro e Diniz (2017 apud Braga, 1997) afirmam que o processo de financeirização possui relação com o aumento e frequente defasagem, por longos prazos, entre os valores dos papéis representativos da riqueza e os valores dos bens, serviços que se baseiam a reprodução da vida e da sociedade. Entretanto, vale ressaltar que apenas analisando tal diferenciação não é possível compreender o processo em sua complexidade. Para os autores (apud Arrighi, 2003) o processo de financeirização pode ser associado a um momento histórico, em que os agentes dão preferência a liquidez e grande parte dos seus respectivos recursos tendem a permanecer de forma líquida. Com o aprofundamento das políticas neoliberais, a flexibilização do modo de produção e do trabalho suscitaram a ampliação de mecanismos de acesso ao crédito. Assim, é possível entender a associação entre financiamento e despesas públicas, que mudam a atuação de diversos atores, em diversas escalas. Nesse sentido, a terra, o trabalho e o dinheiro são transformados em ativos financeiros. Em consonância, Harvey (1982) foi vanguardista em fomentar o debate sobre as relações de empresariamento urbano e grandes projetos.



Tal prática leva a compreensão das Parcerias Público-Privadas na gestão pública, que busca recursos alternativos ao mesmo tempo que promove oportunidades de investimentos privados em estruturas coletivas (TONUCCI FILHO; MAGALHÃES, 2017). Nessa perspectiva, João Bosco e Felipe Nunes (2017) destacam que:

O produto desse processo também é a formação de redes, atuando como uma tecnologia social mobilizada na extração difusa e de canalização de valor e renda através das finanças e em sua direção. A profusão de setores de ponta, internos às finanças, que atuam na busca por oportunidades de investimento em territórios ampliados e diversos da acumulação no âmbito da economia real, seja nos bancos de investimento de portes diversos, seja nos fundos de private equity que se multiplicam em escala e escopo, é exemplo dessa engenharia das redes de canais que efetivam as ligações difusas com as finanças, nesse caso no âmbito da produção, envolvendo a extração de valor. Padrões semelhantes ocorrem na ponta do crédito, na busca por novas formas e mercados para a ampliação da concessão de financiamentos de forma ampla e do endividamento, que também constituem redes semelhantes, mas no domínio da renda, na remuneração de juros ao capital financiador. Há, assim, uma transformação de ordem qualitativa nas finanças, acompanhada de um aumento significativo de sua atuação através da expansão do próprio crédito. As consequências de tal fato são de grande envergadura, sendo a própria crise financeira de 2008 diretamente ligada a esse aprofundamento da financeirização e à ampla diversificação de novas formas de atuação das finanças (TONUCCI FILHO; MAGALHÃES, 2017, p. 440-441).

Assim, o neoliberalismo urbano se assenta em uma lógica econômica que suscita a financeirização da cidade, que estimula a valorização imobiliária e fortalece o capital imobiliário no cerne da política urbana. Nesse processo, o espaço urbano além de se converter em mercadoria, também passa a ser produto financeiro, isto é o espaço urbano torna-se não apenas um negócio, mas um negócio líquido e rentável (RIBEIRO; DINIZ, 2017). Como sintetização, pode-se dizer que “*a metrópole está para multidão da mesma forma que a fábrica estava para a classe operária industrial, enquanto a fábrica gerava lucro, a metrópole gerava renda*” (TONUCCI FILHO; MAGALHÃES, 2017, p. 441 apud Hardt; Negri, 2009, p. 250). Por fim, reiterando o argumento de Corrêa (1989), não há neoliberalismo sem Estado, pois as práticas estabelecidas a partir deste atuam por meio de um marco regulatório.

Ribeiro e Diniz (2017) elencam algumas características que marcam a expansão financeira do capitalismo atualmente, a saber:

- a) a escala, o alcance, o volume e a profundidade dos negócios e da lógica financeira;
- b) a securitização, entendida, em sentido amplo, como “o processo pelo qual empresas produtivas, bancos, demais empresas financeiras e governos emitem títulos de dívida, com inúmeras finalidades, envolvendo e interligando, dessa forma, os mercados creditícios, de capitais, de derivativos” (Braga, 1997, p. 198);
- c) a crescente substituição, nos mercados financeiros em geral, da importância relativa das moedas e dos depósitos à vista por ativos financeiros geradores de juros – isto é, ativos dotados, a um só tempo, de liquidez e de rentabilidade;
- d) as novas formas de organização capitalista que apontam, de um lado, para a formação de conglomerados globais de serviços financeiros e, de outro, para a ampliação das funções financeiras no interior das corporações produtivas;
- e) a transformação da gestão da riqueza em gestão de portfólios de negócios. Quer dizer, todos os agentes privados relevantes tendem, cada vez mais, a organizar suas ações de modo multiescalar, multifuncional e multissetorial;
- f) a fragilização da capacidade regulatória dos Estados nacionais e



territoriais. Fragilização evidenciada, por exemplo: 1) no modo como se tornaram emprestadores de última instância; 2) no crescimento do componente financeiro dos déficits públicos; e 3) na diminuição relativa da influência dos gastos governamentais sobre as rendas nacionais. G) o rentismo como traço característico dos contemporâneos processos de acumulação de capital (RIBEIRO; DINIZ, 2017, p. 362).

Logo, a lógica especulativa se sobrepõe a lógica produtiva. E, é através do Estado que os empreendedores imobiliários garantem condições para sua atuação na produção do espaço urbano. Pode-se concluir que a produção do espaço vem sendo guiada pelos grandes difusores do capital e direcionada, sobretudo, pelos agentes imobiliários que são dependentes de créditos financeiros. Este fato agilizou a circulação do capital e aumentou a escala de urbanização conforme exclui parcela da população do espaço produzido (HARVEY, 2016).

O surgimento de novas formas de financiamento ao consumo demonstra a transição de uma sociedade de produtores, pautada nos lucros originados da exploração da força de trabalho, para uma sociedade de consumidores, em que os lucros amparam na exploração dos desejos de consumo. Para Bauman (2010), “*o devedor ideal é aquele que jamais paga integralmente suas dívidas*”, pois as empresas de cartão de crédito e bancos, por exemplo, “*contam mais com o ‘serviço’ continuado das dívidas do que com seu pronto pagamento*” (BAUMAN, 2010, p. 30).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da discussão levantada, percebe-se a tendência de maior inserção de Maputo, por conseguinte, Moçambique, no processo de Globalização, a partir de uma dinamização dos fluxos que partem e chegam na cidade, dando destaque ao que concerne o espaço urbano e o setor financeiro tanto da produção quanto da cidade em si. Além disso, estes processos vêm sendo marcados pela atuação de grupos hegemônicos que têm conduzido e atuado com certo protagonismo na (re)produção da cidade, como o Estado, os bancos e as construtoras.

Com a análise da produção do recorte em questão e das atividades existentes, pode-se, também, inferir um processo inicial de constituição de um centro de gestão econômico neste trecho do Central C, visto que há a presença de bolsa de valores, sedes bancárias e diversos prédios comerciais. Em contraponto, ao passo que a cidade de Maputo têm se expandido tanto em seu tecido urbano quanto em extensão, as contradições e as complexidades do mesmo modo aumentam, reforçando e perpetuando assimetrias sócio-espaciais.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAUMAN, Z. (2010). **Vida a crédito**. Rio de Janeiro, Zahar.
- CASTRO, I. Escala e pesquisa na geografia: problema ou solução? **Espaço Aberto**, 4(1): 87-100, 2014.
- CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. 1. ed. São Paulo: Editora Ática S.A., 1989.
- _____. Diferenciação sócio-espacial, escalas e práticas espaciais. In: **Revista Cidades**. São Paulo: Expressão Popular, v. 4, n. 6, p. 62-72, 2007.
- _____. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (Org.). **A Produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Editora Contexto, 2011, p. 41-52.
- _____. Quem produz o espaço urbano? In: CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Editora Ática S.A., 1989, p. 11-35.
- CUSTÓDIO, V.; MALOA, K. M. A urbanização moçambicana: uma proposta de interpretação. *Geusp – Espaço e Tempo* (Online), v. 22, n. 1, p. 008-024, mês. 2018.
- FERNANDES, M. G.; MENDES, R. P. Dicotomias urbanas em Angola e Moçambique: a cidade de cimento e a cidade informal (musseque e caniço). **XIII Colóquio Ibérico de Geografia: Respuestas de la Geografía Ibérica a la crisis actual**, Santiago de Compostela, 2012.
- HARVEY, D. **O Enigma do Capital e as crises do capitalismo**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- RIBEIRO, E. Processo de Urbanização em Moçambique – África. In: **ENANPUR**, 18., 2019, Natal. Anais... Natal: UFRN, 2019. p. 1-14.
- RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; DINIZ, Nelson. Financeirização, mercantilização e reestruturação espaço-temporal: reflexões a partir do enfoque dos ciclos sistêmicos de acumulação e da teoria do duplo movimento. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 19, n. 39, p. 351-377, Aug. 2017. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-99962017000200351&lng=en&nrm=iso>. access on 15 Feb. 2021.
- SPOSITO, M. E.; RIBEIRO, W. **Perspectivas da urbanização: reestruturação urbana e das cidades**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.
- SANTOS, M. **Espaço e Método**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2014.



_____. Espaço e Capital: O Meio Técnico-Científico. In: _____. (Org.). **Espaço e Método**. São Paulo: EDUSP, 2014. p. 53-99.

_____. **A natureza do espaço. Técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paul: Edusp, 2006.

SILVA, V. A financeirização na produção do espaço urbano. In: **ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA**, 11., 2013, Lima. Anais... Lima: Biblioteca Nacional do Peru, 2013, p. 1-10.

SPOSITO, M. E. B. Novas formas comerciais e redefinição da centralidade intra-urbana. In: SPOSITO, M. E. B. (Ed.). **Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média**. Presidente Prudente: [s.n.], 2001.

TONUCCI FILHO, João Bosco Moura; MAGALHAES, Felipe Nunes Coelho. A metrópole entre o neoliberalismo e o comum: disputas e alternativas na produção contemporânea do espaço. **Cad. Metrop.**, São Paulo , v. 19, n. 39, p. 433-454, Aug. 2017 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-99962017000200433&lng=en&nrm=iso>. access on 15 Feb. 2021.